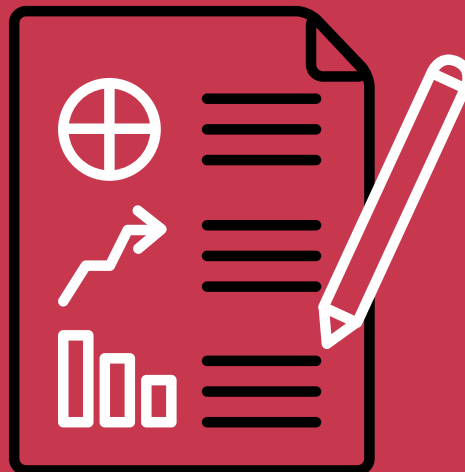




Diretrizes do Programa de Proteção e tratamento de dados pessoais



OBJETIVO

Um dos itens que a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) visa garantir é que o cliente tenha liberdade e privacidade no controle de seus dados pessoais. A HS Financeira está continuamente se empenhando para que você possa exercer seus direitos com agilidade e segurança. Por isso, elaboramos esse material para apresentar com simplicidade as diretrizes do nosso programa de proteção e tratamento de dados.



DIRETRIZES

1 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais, no âmbito da HS Financeira, somente poderá ser realizado:

- Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- Sem fornecimento de consentimento do titular de dados pessoais, nos casos em que o tratamento for indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória imposta à Instituição;
- No exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- Na proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiros;
- Na garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular de dados pessoais, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos;

- No caso de crianças que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, são pessoas com até 12 (doze) anos de idade incompletos, o tratamento de dados e o repasse para terceiros só podem ocorrer com o consentimento específico fornecido por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

2 DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

No contexto das suas atividades, a HS Financeira reforça o seu compromisso de respeito aos direitos dos titulares de dados pessoais, quais sejam:

- **Direito à confirmação da existência do tratamento:** O titular de dados pessoais pode buscar, junto à Instituição, a confirmação de existência de operações de tratamento relativas a seus dados pessoais;
- **Direito de acesso:** O titular de dados pessoais pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados;

- **Direito de eliminação:** O titular de dados pessoais pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais de bancos de dados geridos pela Instituição, salvo se houver um motivo legítimo para a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados. Na hipótese de eliminação, a Instituição se reserva o direito de escolher o procedimento de eliminação empregado, comprometendo-se a utilizar meio que garanta a segurança e evite a recuperação dos dados;
- **Direito de solicitar a suspensão de tratamento ilícito de dados pessoais:** O titular de dados pessoais poderá requisitar, a qualquer momento, a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;

- **Direito de oposição a um tratamento de dados pessoais:** Nas hipóteses de tratamento de dados pessoais não baseadas na obtenção do consentimento, o titular de dados pessoais poderá apresentar uma oposição, que será analisada a partir das bases legais presentes na LGPD;
- **Direito à portabilidade dos dados:** O titular de dados pessoais poderá requisitar que seus dados pessoais sejam disponibilizados a outro fornecedor de serviço ou produto, respeitados o segredo comercial e industrial da Instituição, bem como os limites técnicos de sua infraestrutura;
- **Direito à revogação do consentimento:** O titular de dados pessoais tem direito a revogar o seu consentimento. Entretanto, ressalta-se que isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da retirada. Na hipótese de revogação do consentimento, talvez não seja mais possível fornecer determinados serviços. Sendo este o caso, o titular de dados pessoais será informado.

3 PERÍODO DE TRATAMENTO E EXCLUSÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados pela Instituição serão objeto de tratamento pelo tempo que for necessário para o cumprimento das finalidades para as quais os coletamos, inclusive para fins de cumprimento de quaisquer obrigações legais, contratuais, de prestação de contas, defesa em processos administrativos ou judiciais ou requisição de autoridades competentes.

Todos os dados pessoais coletados serão excluídos quando o cliente requisitar ou quando, a critério da HS, não forem mais aplicáveis ao relacionamento com os respectivos clientes por não serem mais necessários ou relevantes para a prestação de serviços pela Instituição. A HS Financeira S/A, no entanto, poderá manter quaisquer dados pessoais, mesmo após pedido de exclusão do cliente, quando existir qualquer outra razão para a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados, ou necessidade de preservação destes dados para resguardo de direitos da Instituição.

4 COMPARTILHAMENTO DE DADOS

A Instituição, por vezes, precisará compartilhar dados pessoais de seus clientes com terceiros, nas seguintes situações:

- Com empresas parceiras e fornecedores, no desenvolvimento e prestação de serviços disponibilizados ao cliente;
- Com autoridades, entidades governamentais ou outros terceiros, para a proteção dos interesses da Instituição em qualquer tipo de conflito, incluindo ações judiciais e processos administrativos;
- Para o cumprimento de obrigações regulatórias, como as impostas pelo Banco Central do Brasil e a Receita Federal, dentre outras;
- Mediante ordem judicial, ou pelo requerimento de autoridades administrativas, que detenham competência legal para a sua requisição.

5 SEGURANÇA DOS DADOS

Qualquer dado pessoal, em posse da Instituição, será armazenado de acordo com os mais rígidos padrões de segurança adotados pelo mercado, o que inclui a adoção de medidas como:

- Proteção contra acesso não autorizado;
- Acesso restrito de pessoas ao local onde são armazenadas as informações pessoais;
- Procedimentos para que agentes, funcionários internos ou parceiros externos, que realizarem o tratamento de dados pessoais se comprometam a manter o sigilo absoluto das informações, adotando as melhores práticas para manuseio destes dados, conforme determinado nas políticas e procedimentos internos.

6 USO DE COOKIES

Um cookie é, em geral, uma pequena quantidade de dados enviada de um servidor Web para o navegador do usuário e armazenada na unidade de

disco rígido do computador do usuário, ou seja, são pequenos arquivos que registram e armazenam, em seu computador, os detalhes de sua atividade ao visitar um site.

A Instituição não utiliza cookies para rastrear e armazenar informações em seu site Institucional. Caso venhamos a utilizar, nos comprometemos a informar aos usuários, durante o acesso, sobre quais cookies estão sendo coletados e sua finalidade.

7 ARMAZENAMENTO DE DADOS EM NUVEM

A nuvem é uma rede global de servidores, cada um com uma função única. A nuvem não é uma entidade física, mas uma vasta rede de servidores remotos ao redor do globo que são conectados e operam como um único ecossistema. Esses servidores são responsáveis por armazenar e gerenciar dados, executar aplicativos ou fornecer conteúdos e serviços.

A Instituição utiliza nuvem para armazenamento de dados. Um dos recursos de segurança, utilizados na nuvem, é a criptografia de dados.

8 CANAL DE ATENDIMENTO

está disponível, no site da Instituição, canal de atendimento que atende as seguintes finalidades:

- Recepção de solicitações do titular de dados pessoais relativas aos direitos destes;
- Recepção de denúncias relativas à violação das disposições contidas neste programa.

O prazo para resposta das solicitações do titular de dados pessoais será de 15 (quinze) dias, contados a partir da data em que ocorreu a solicitação.

Diretrizes do Programa de Proteção e tratamento de dados pessoais

